ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As notas às demonstrações financeiras que a seguir se apresentam dão conta das informações relevantes para a sua melhor compreensão.

As notas respeitam a numeração sequencial definida no SNC-AP. As notas cuja numeração é omissa não são aplicáveis ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

Todos os valores encontram-se expressos em Euros.

0. ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DO SNC-AP – DIVULGAÇÃO TRANSITÓRIA

Considerando que as presentes demonstrações financeiras são as segundas apresentadas em SNC-AP, esta nota não se aplica no presente ano.

1. Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1 Caracterização da entidade e organograma

	CARATERIZ	ZAÇÃO DA ENTIDADE						
1.	IDENTIFICAÇÃO							
	Designação	Município do Barreiro						
	NIPC	506673626						
	Natureza	Autarquia Local						
	Endereço postal	Rua Miguel Bombarda						
	Telefone / Fax	212068000 / 212068001						
	Endereço de correio eletrónico	geral@cm-barreiro.pt						
	Sítio na internet	www.cm-barreiro.pt						
	Tem serviços de natureza consultiva e/ou serviços de	Sim	Não X					
	fiscalização?	31111	Nao A					
	Organograma	Em anexo						
2.	LEGISLAÇÃO							
	Regime Financeiro Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro	o alterada pela Lei n.º 51/2018 de 16 de	e agosto					
	Regime Jurídico Lei n.º 75/2013 de 12 de setembr	ro						

PARTICIPAÇÕES DA ENTIDADE (a especificar – opcional)	Sim	Não
Serviços Municipalizados	Х	
Serviços Municipalizados de Transportes Coletivos do Barreiro	Sim	
Serviços Intermunicipalizados		х
Entidades Intermunicipais	Х	
Associação Nacional Municípios Portugueses		
Área Metropolitana de Lisboa		
Artemrede - Teatros Associados		
AIA - Associação Intermunicipal de Águas da Região de Setúbal		
Associação de Municípios da Rede Portuguesa das Cidades Saudáveis		
Entidades Associativas Municipais	Х	
Empresas Locais		Х
Empresas Participadas	Х	
Amarsul - Valorização e tratamento de resíduos sólidos, S.A		
Simarsul, S.A.		
Cooperativas		х
Fundações		х
Entidades de outra natureza	Х	
S.Energia - Agência Regional de Energia Barreiro, Moita, Montijo e Alcochete		

4. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES

O Município do Barreiro desenvolve toda a sua atividade no âmbito das competências atribuidas na Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, nomeadamente, na organização, planeamento e execução de políticas municipais, designadamente nas áreas de equipamento rural e urbano; energia, transportes e comunicações, educação, partrimónio, cultura, tempos livres e desporto, saúde, acção social, habitação, proteção civil, ambiente, abastecimento de águas, salubridade e saneamento básico, defesa do consumidor, promoção do desenvolvimento económico e turismo, ordenamento do território e urbanismo.

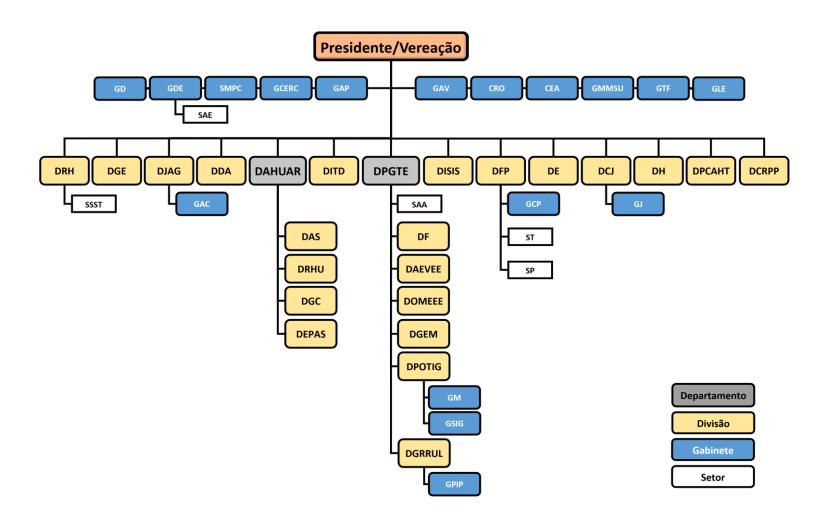
5.	COMPOSIÇÃO DO ÓRGÃO EXECUTIVO
5.1	IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO EXECUTIVO / CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
	De 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2023
	Frederico Alexandre Aljustrel da Costa Rosa
	Rui Miguel Santos Braga
	Sara Isabel da Conceição Ferreira
	Rui Pedro Ferreira Pereira
	Maria João Gonçalves da Conceição Martins Regalo
	Carlos Miguel dos Santos Guerreiro
	Maria Arlete Pereira da Cruz
	Humberto Carlos de Oliveira Faisca
	António Miguel Areias Dias Amaral
5.2	NÚMERO DE VEREADORES (1)
	Em regime de permanência
	A meio tempo
	Restantes vereadores
5.3	NÚMERO DE ELEITORES
	Até 10.000
	Mais de 10.000 e menos de 40.000
	Igual ou superior a 40.000 X
$\overline{}$	

6. ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

Referêncial contabilístico: As demonstrações financeiras foram preparadas, pela primeira vez, com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro e, foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relavantes para o Município.

Sistema informático: aplicação SNC da AIRC

Organograma



1.2 Desagregação de caixas e depósitos

Quadro n.º 1 - Desagregação de caixas e depósitos

Conta	Designação	31/12	/2023	31/12/	2 022
111	Caixa		10 979,99 €		8 471,53 €
12	Depósitos à ordem		4 656 096,07 €		3 098 158,10 €
122	Depósitos bancários à ordem	4 656 096,07 €		3 098 158,10 €	
13	Outros depósitos		1 046 012,18 €		1 007 430,17 €
132	Depósitos consignados	48 191,69 €		48 191,69 €	
133	Depósitos de garantias e cauções	997 820,49 €		959 238,48 €	
	Total		5 713 088,24 €		4 114 059,80 €

1.3 Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

a) Referencial contabilístico

Em 2023 as demonstrações financeiras do Município do Barreiro foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Publicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, tendo sido aplicadas subsidiariamente, de acordo com o artigo 13º, pela ordem seguinte, as Normas Internacionais de Contabilidade Publica em vigor, o SNC, as Normas Internacionais de Contabilidade adotadas na União Europeia e as Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board*.

Foram ainda aplicados os requisitos das normas de contabilidade pública relevantes para a entidade.

Não existiram, no decorrer do exercício, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

b) Comparabilidade

Considerando que as demonstrações financeiras de 2023 são apresentadas em SNC-AP tal como as de 2022, é possível efetuar uma comparação direta entre as diferentes rubricas das demonstrações financeiras de 2022 e 2023.

2. Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com a NCP 1 — Estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras e são expressas em euros, sendo esta também a moeda funcional.

2.1 Bases de mensuração

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Município de acordo com o normativo contabilístico SNC-AP.

Apresentação apropriada e conformidade com as NCP

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas NCP.

Informação Comparativa

Sempre que possível, a informação comparativa foi divulgada com respeito ao período anterior para grande parte das quantias relatadas nas demonstrações financeiras.

Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram adotadas de maneira consistente ao longo do tempo.

Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação serão divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- c) Razão para a reclassificação.

Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante serão apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais.

Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram sujeitos a compensações, exceto os que forem exigidos por uma NCP.

Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, o Município continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade, de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

a) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados pelo seu custo de aquisição, menos amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Compreende, essencialmente, licenças de software, programas de computador e marcas e patentes.

Um ativo intangível apenas é reconhecido quando for provável que dele advenham benefícios económicos futuros ou potencial de serviço esperado e se o custo ou justo valor do ativo possa ser mensurado com fiabilidade.

A quantia amortizável de um ativo intangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. A amortização, calculada numa base duodecimal, começa quando o ativo está disponível para uso, isto é, quando se encontra na localização e condição necessárias para operar da forma pretendida pelo órgão de gestão.

Para este efeito são tidas em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 — Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Nesta situação, são casuisticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil.

O método de amortização deve refletir o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço sejam consumidos pela entidade. O método de amortização utilizado no período de relato é o método da linha reta.

As licenças de software e programas de computador tem uma vida útil estimada de 3 anos. As marcas e patentes tem uma vida útil estimada de 5 anos.

b) Acordos de concessão de serviços: Concedente

Os ativos de concessão de serviços são reconhecidos quando o Município controla quais os serviços que o concessionário tem de prestar com o ativo, a quem tem de os prestar e a que preço, controlando, através de propriedade, o ativo no final do termo do acordo.

Os ativos em concessão são contabilizados de acordo com a NCP 5 – Ativos fixos tangíveis, pelo que os mesmos se encontram reconhecidos no Ativo fixo tangível, deduzidos das correspondentes depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

c) Ativos fixos tangíveis

Os Ativos fixos tangíveis são mensurados ao seu custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e quaisquer perdas por imparidades.

O custo de um bem do ativo fixo tangível é reconhecido como ativo se, e apenas se:

- (a) For provável que fluirão para o Município, benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados ao bem; e
- (b) O custo ou o justo valor do bem puder ser mensurado com fiabilidade.



Quando um ativo fixo tangível é adquirido através de uma transação sem contraprestação, o seu custo inicial à data de aquisição é o seu justo valor nessa data. Dada a dificuldade em mensurar com fiabilidade o justo valor de alguns destes ativos, nomeadamente ativos significativos do património histórico e cultural, adquiridos ao longo de muitos anos através de doações e legados, alguns deles não se encontram reconhecidos.

Estes ativos raramente são detidos pela sua capacidade de gerar influxos de caixa e é frequente existirem obstáculos legais para os usar para tais finalidades.

A quantia depreciável de um ativo fixo tangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. As depreciações são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos, em conformidade com as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 — Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstancias em que ele é utilizado. Nesta situação, são casuisticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Bens de domínio público	
Edifícios e outras construções	10 a 100
Equipamento básico	4 a 10
Equipamento de transporte	4 a 20
Equipamento administrativo	4 a 8
Equipamentos biológicos	4 a 8
Outros ativos fixos tangíveis	4 a 8

O método de depreciação reflete o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço sejam usufruídos. Regra geral, é utilizado o método das quotas constantes (ou da linha reta), aplicado de forma consistente de período para período, a não ser que ocorra uma alteração no modelo de consumo esperado desses benefícios económicos futuros ou potencial de serviço.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/abate, sendo registadas como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".



d) Locações

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos.

Assim, os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes a propriedade do ativo. As restantes locações são classificadas como operacionais.

Os Ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual.

Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

e) Propriedades de investimento

O Município não é detentor de propriedades de investimento.

f) Investimentos financeiros

Ao abrigo da NCP 23 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos conjuntos, o Município utiliza o método da equivalência patrimonial na contabilização dos investimentos financeiros das entidades sobre as quais exerce influencia significativa ou controlo.

A existência de influência significativa por parte de uma entidade é geralmente evidenciada por uma ou mais das seguintes formas:

- (a) Representação no conselho de administração ou órgão de gestão equivalente da participada;
- (b) Participação em processos de decisão de políticas;
- (c) Transações materiais entre o investidor e a participada;
- (d) Intercâmbio de pessoal de gestão;
- (e) Prestação de informação técnica essencial;
- (f) Participação igual ou superior a 20%.

Pelo método da equivalência patrimonial, o investimento financeiro é reconhecido pelo custo aquando do reconhecimento inicial, sendo a quantia escriturada aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte da investidora nos resultados da participada depois da data da aquisição. A quota-parte da investidora nos resultados da participada é reconhecida nos resultados da investidora. As distribuições recebidas de uma participada reduzem a quantia escriturada do investimento. A quantia escriturada poderá também ter de ser ajustada por forma a refletir a evolução do interesse da investidora na participada, resultantes de alterações no capital próprio desta que não tenham sido reconhecidas nos seus resultados.

Tais alterações incluem as provenientes de revalorização de ativos fixos tangíveis e de diferenças de transposição de moeda estrangeira. A parte da investidora nessas alterações é reconhecida diretamente no património líquido.

Os restantes investimentos financeiros encontram-se relevados ao custo de aquisição.

g) Imparidade de ativos

As quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis são revistas anualmente para determinar a existência de imparidade. Em caso de existência de tais indícios, o Município procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a existência e extensão da perda por imparidade.

O valor recuperável é determinado pelo valor mais alto entre o justo valor de um ativo menos custos de vender e o valor de uso. O justo valor de um ativo menos custos de vender e o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados decorrentes do uso continuado do ativo ou da unidade geradora de caixa.

Uma perda por imparidade é imediatamente reconhecida nos resultados. Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o gasto com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma nova avaliação de imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta

análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

h) Inventários

Os inventários encontram-se registados ao custo. O custo inclui o preço ou valor de compra, bem como as despesas adicionais de compra.

As variações do período nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados "Perdas por imparidade em inventários" e "Reversões de perdas por imparidade em inventários".

Quando os inventários são vendidos ou consumidos, a quantia escriturada desses inventários é reconhecida como um gasto do período em que o respetivo rendimento é reconhecido.

O método de custeio de saídas adotado pelo Município é o Custo Médio Ponderado.

As quantidades existentes no final do período de relato foram determinadas a partir dos registos contabilísticos confirmados por contagem física.

i) Instrumentos financeiros

O tratamento dos instrumentos financeiros segue o preconizado na NCP 18 – Instrumentos financeiros.

O Município reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativo financeiro e qualquer ativo que seja:

- (a) Dinheiro;
- (b) Um instrumento de capital próprio de uma outra entidade;
- (c) Um direito contratual:
 - (i) De receber dinheiro ou outro ativo financeiro de uma outra entidade;
 - (ii) De trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente favoráveis para a entidade.

Os ativos financeiros são registados ao custo e apresentados no balanço deduzidos de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido. As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

Passivo financeiro é qualquer passivo que seja:

- (a) Uma obrigação contratual:
 - (i) Para entregar dinheiro ou outro ativo financeiro a uma outra entidade; ou
 - (ii) Para trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente desfavoráveis.

Os passivos financeiros são registados no passivo ao custo, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Instrumento de capital próprio é qualquer contrato que evidencie um interesse residual nos ativos de uma entidade depois de deduzir todos os seus passivos.

j) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando, cumulativamente, existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanco e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes são definidos como:

- (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou
- (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados, mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos.

O Município não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem

prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

k) Benefícios dos empregados

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 01 de janeiro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes, encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

14

I) Regime do acréscimo

O Município regista os seus gastos e rendimentos na base do acréscimo, pela qual são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e perdas e rendimentos e ganhos são registadas nas rubricas "Outras contas a receber", "Outras contas a pagar" ou "Diferimentos".

m) Rendimentos

O Município aborda as matérias relacionadas com o reconhecimento e mensuração do rendimento de transações, tendo em conta o prescrito nas NCP 13 – Rendimentos de transações com contraprestação e NCP 14 - Rendimentos de transações sem contraprestação.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para o Município benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

Vendas e prestações de serviços

São reconhecidos pelo seu justo valor da retribuição recebida ou a receber. O justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas, ou

outros documentos legais emitidos. Os serviços podem ser prestados durante mais do que um período, atendendo-se, nestas circunstâncias ao regime do acréscimo.

Impostos e taxas

O total da faturação relativa aos bens vendidos ou serviços prestados é reconhecido como dívida no momento da sua emissão.

Transferências e subsídios correntes e de capital obtidos

As transferências/subsídios obtidos são reconhecidos quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que o Município cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

A dotação do Orçamento do Estado é atribuída anualmente ao Município em conformidade com a Lei do Orçamento do Estado, sendo o respetivo rendimento reconhecido mensalmente.

As transferências/subsídios obtidos afetos a despesas correntes e a depreciação de ativos são diferidos no Balanco, na rubrica de Diferimentos, sendo registados como rendimento do período (rubrica "Transferências e subsídios correntes obtidos"), na proporção, respetivamente, dos correspondentes gastos incorridos e dos gastos de depreciação e de amortização dos ativos durante a vida do projeto, independentemente do momento do recebimento dos mesmos.

As transferências/subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são reconhecidas no Património Líquido, passando a ser reconhecidos na demonstração dos resultados (rubrica "Imputação de subsídios e transferências para investimentos") numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários ao balanceamento com os gastos relacionados, ou seja, na proporção dos respetivos gastos de depreciação e de amortização durante a vida útil dos ativos. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciáveis, são mantidos no Património Líquido, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

As transferências/subsídios reembolsáveis são contabilizadas como Passivos, na rubrica "Financiamentos obtidos".

n) Partes relacionadas

O Município identifica as entidades relacionadas de acordo com os critérios estabelecidos na NCP 20 — Partes relacionadas, divulgando, quando aplicável, informação acerca das transações existentes.

Neste contexto, são identificadas como partes relacionadas:

As entidades incluídas no perímetro de consolidação do Município;

 As entidades de supervisão, dado que as funções que exercem lhes conferem uma influência significativa, mas não de controlo, nas decisões financeiras e operacionais do Município, nomeadamente o Ministério das Finanças bem como o Tribunal de Contas, a UniLEO e a CNC.

o) Enquadramento fiscal

De acordo com o disposto na alínea a) do nº 1 e no nº 2 do artigo 9.º, do Código sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, o Município goza de isenção parcial de IRC, uma vez que a referida isenção não compreende os rendimentos de capitais, tal como são definidos para efeitos de IRS.

Para efeitos de IVA, o Município, assume-se como sujeito passivo misto.

2.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Município, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo às demonstrações financeiras.

3. Ativos intangíveis

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2023 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos Ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas foi o seguinte:

Quadro n.º 2 - Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

			Início do P	eriodo		Fim do Período				
	Rubricas	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia Escriturada	
440	Ativos intangíveis de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
441	Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
442	Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
443	Programas de computador e sistemas de informação	1 877 163,87	1 877 163,87	0,00	0,00	1 877 163,87	1 877 163,87	0,00	0,00	
444	Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
446	Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
454	Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	TOTAL	1 877 163,87	1 877 163,87	0,00	0,00	1 877 163,87	1 877 163,87	0,00	0,00	

Quadro n.º 3 - Quantia escriturada e variações no período

			Variações						
	Rubricas	escriturada inicial	Adições	Transferências internas	Revalorizações	Reversão de Perdas por imparidade	Amortizações do período	Diminuições	escriturada final
440	Ativos intangíveis de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
441	Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
442	Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
443	Programas de computador e sistemas de informação	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
444	Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
446	Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
454	Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

A conta 443 — Programas de computador e sistemas de informação, comporta os softwares informáticos que o Município adquiriu ao longo dos anos.

4. Acordos de concessão de serviços: concedente

O Município detém 2 contratos de concessão de serviços, cujos objetos estão devidamente identificados no quadro n.º 4.

Quadro n.º 4 - Acordos de concessão de serviços: Concedente

Contrata da Concassão		Ativo de	Periodo de	Valor do	Pagamen	Pagamentos ao Concessionário		
Contrato de Concessão	Concessionário	concessão	Concessão	contrato	Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros	
Exploração da concessão de distribuição de electricidade em baixa tensão	EDP Distribuição - Energia, S.A.	-	20 Anos	-	-	-	-	
Exploração e gestão do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Peninisula de Setúhal	Simarsul, S.A.	493 015,65	30 Anos	-	-	-	-	

5. Ativos fixos tangíveis

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2023, os movimentos ocorridos nas quantias escrituradas dos Ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, encontram-se detalhados nos quadros seguintes.

Os bens cuja valorização não foi possível realizar, são, nomeadamente, Livros, Obras de Arte e outros bens em mau estado de conservação.

Quadro n.º 5 - Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

		Inicio do	Periodo		Fim do Período				
Rubricas	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia Escriturada	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
Terrenos e recursos naturais	1 672 897,58	0,00	0,00	1 672 897,58	1 688 907,28	512,07	0,00	1 688 395,21	
Edifícios e outras construções	7 727 587,05	1 620 039,57	0,00	6 107 547,48	8 568 065,25	1 877 467,21	0,00	6 690 598,04	
Infraestruturas	67 146 569,93	22 574 416,31	0,00	44 572 153,62	67 997 801,07	24 889 888,05	0,00	43 107 913,02	
Património histórico, artístico e cultural	623 360,50	14 758,15	0,00	608 602,35	633 550,48	14 758,15	0,00	618 792,33	
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	77 170 415,06	24 209 214,03	0,00	52 961 201,03	78 888 324,08	26 782 625,48	0,00	52 105 698,60	
Ativos fixos em concessão									
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros ativos fixos tangíveis									
Terrenos e recursos naturais	20 953 248,34	1 047 772,61	0,00	19 905 475,73	27 012 430,56	1 058 407,01	0,00	25 954 023,55	
Edifícios e outras construções	52 045 472,00	15 100 721,73	0,00	36 944 750,27	74 252 930,54	16 465 401,87	0,00	57 787 528,67	
Equipamento básico	10 284 925,17	7 418 809,45	0,00	2 866 115,72	10 884 074,88	8 150 831,77	0,00	2 733 243,11	
Equipamento de transporte	7 643 229,80	5 235 837,54	0,00	2 407 392,26	7 990 933,33	5 849 537,56	0,00	2 141 395,77	
Equipamento administrativo	2 626 604,16	2 320 645,73	0,00	305 958,43	2 766 364,84	2 432 833,68	0,00	333 531,16	
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros	2 965 427,83	2 459 717,68	0,00	505 710,15	3 080 118,42	2 575 984,57	0,00	504 133,85	
Ativos fixos tangíveis em curso	2 114 865,96	0,00	0,00	2 114 865,96	4 065 275,42	0,00	0,00	4 065 275,42	
	98 633 773,26	33 583 504,74	0,00	65 050 268,52	130 052 127,99	36 532 996,46	0,00	93 519 131,53	
TOTAL	175 804 188,32	57 792 718,77	0,00	118 011 469,55	208 940 452,07	63 315 621,94	0,00	145 624 830,13	

Quadro n.º 6 - Quantia escriturada e variações no período

	Quantia			Varia	ções					
Rubricas	escriturada inicial	Adições	Transferencias internas	Revalorizações	Reversão de Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diminuições	Quantia escriturada final		
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Terrenos e recursos naturais	1 672 897,58	29 614,56	45 624,26	0,00	0,00	-512,07	-59 229,12	1 688 395,21		
Edifícios e outras construções	6 107 547,48	2,96	840 475,24	0,00	0,00	-257 427,64	0,00	6 690 598,04		
Infraestruturas	44 572 153,62	0,00	851 231,14	0,00	0,00	-2 315 471,74	0,00	43 107 913,02		
Património histórico, artístico e cultural	608 602,35	10 201,39	0,00	0,00	0,00	0,00	-11,41	618 792,33		
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
	52 961 201,03	39 818,91	1 737 330,64	0,00	0,00	-2 573 411,45	-59 240,53	52 105 698,60		
Ativos fixos em concessão										
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outros ativos fixos tangíveis										
Terrenos e recursos naturais	19 905 475,73	6 059 182,22	106 887,74	0,00	0,00	-10 634,40	-106 887,74	25 954 023,55		
Edifícios e outras construções	36 944 750,27	21 797 960,76	409 497,78	0,00	0,00	-1 364 680,14	0,00	57 787 528,67		
Equipamento básico	2 866 115,72	602 790,43	0,00	0,00	0,00	-732 022,32	-3 640,72	2 733 243,11		
Equipamento de transporte	2 407 392,26	347 703,53	0,00	0,00	0,00	-613 700,02	0,00	2 141 395,77		
Equipamento administrativo	305 958,43	146 585,31	0,00	0,00	0,00	-112 187,95	-6 824,63	333 531,16		
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outros	505 710,15	115 192,57	0,00	0,00	0,00	-116 266,89	-501,98	504 133,85		
Ativos fixos tangíveis em curso	2 114 865,96	4 204 125,62	-2 253 716,16	0,00	0,00	0,00	0,00	4 065 275,42		
	65 050 268,52	33 273 540,44	-1 737 330,64	0,00	0,00	-2 949 491,72	-117 855,07	93 519 131,53		
TOTAL	118 011 469,55	33 313 359,35	0,00	0,00	0,00	-5 522 903,17	-177 095,60	145 624 830,13		

Quadro n.º 7 - AFT – Desagregação das adições

						Adições					
Rubricas	Internas	Compra	Cessão	Transfer. ou troca	Expropriação	Doação	Dação em pagamento	Locação fin.	Fusão, cisão, 	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29 614,56	29 614,56
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,96	2,96
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	10 195,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,84	10 201,39
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	10 195,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29 623,36	39 818,91
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais	0,00	5 952 294,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	106 887,74	6 059 182,22
Edifícios e outras construções	0,00	19 599 033,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 198 927,34	21 797 960,76
Equipamento básico	0,00	496 493,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	106 297,21	602 790,43
Equipamento de transporte	0,00	289 524,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58 179,12	347 703,53
Equipamento administrativo	0,00	146 283,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	302,04	146 585,31
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	114 960,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	232,02	115 192,57
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	4 204 125,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 204 125,62
	0,00	30 802 714,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 470 825,47	33 273 540,44
TOTAL	0,00	30 812 910,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 500 448,83	33 313 359,35

Quadro n.º 8 - AFT – Desagregação das diminuições

			Diminu	uições		
Rubricas	Alienações a título	Transferência ou	Devolução ou	Fusão, cisão,	Outras	Total
	oneroso	troca	Reversão	reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais	-29 614,56	0,00	0,00	0,00	-29 614,56	-59 229,12
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	-11,41	-11,41
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	-29 614,56	0,00	0,00	0,00	-29 625,97	-59 240,53
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	-106 887,74	-106 887,74
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00	-3 640,72	-3 640,72
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	-6 824,63	-6 824,63
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	-501,98	-501,98
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
-	0,00	0,00	0,00	0,00	-117 855,07	-117 855,07
TOTAL	-29 614,56	0,00	0,00	0,00	-147 481,04	-177 095,60

No ano de 2023 foram registados nos ativos fixos tangíveis os edifícios das escolas e centros de saúde que passaram para posse do Município no âmbito do processo de delegação de competências de acordo com a Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto, mas cuja propriedade não se encontra ainda averbada, na Conservatória do Registo Predial, ao Município do Barreiro, por razões de ordem burocrática.

Este registo originou um aumento nos ativos fixos tangíveis brutos de 23.809.327,90 €.

Foram concluídas obras no montante de 2.043.716.17 €, que reforçaram o montante dos ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso, no final de 2023 totalizam o montante de 4.065.275,42 €.

Quadro n.º 9 - AFT - Totalmente depreciados que ainda estejam em uso

Conta	Designação	Valor
4302	Edifícios e outras construções	2 383,89 €
4303	Infraestruturas	4 774 775,36 €
4304	Património histórico, artístico e cultural	8 758,15 €
431	Terrenos e recursos naturais	614 773,23 €
432	Edifícios e outras construções	4 504 125,41 €
433	Equipamento básico	5 117 565,91 €
434	Equi pamento de transporte	2 551 045,36 €
435	Equipamento administrativo	2 004 677,25 €
437	Outros ativos fixos tangíveis	2 190 163,48 €
	TOTAL	21 768 268,04 €

6. Locações

Em 31 de dezembro de 2023, o Município apresenta 8 contratos em regime de locação financeira conforme descrito no quadro n.º 10.

No decorrer do ano de 2023, concluiu-se o pagamento de 12 contratos de locação financeira. O capital em dívida no final do ano de 2023 é de 316.385,70 €

Quadro n.º 10 - Locações financeiras - Locatários

Período de relato: 01-01-2023 a 31-12-2023

												P	eriodo de	relato: U1-U1	2023 a 3.	1-12-2023										
									Condiçõ	es	Reconhec	cimento ir Iocação	nicial da					Pagamentos da locação					Passivo re	manescente		
LOCADOR		Início da	Investimento bruto na	Investimento	Visto	do TC			Custos	Rendas						Enc	cargos financeiros		Redução	do passivo p	endente					alor líquido
Designação	NIPC	locação	locação	liquido na locação	Número	Data	Prazo		diretos	I.º Periodicidade	do prazo	Passivo	Ativo	Juros	contratu	Previstos	Juros de mora	Outros encargos	Até N	Em N		Rendas contingentes	No início de N	No final de N	vencidos e do a não pagos no	
														Até N	Em N	após N	Até N Em N após N	os N Até N Em N Previstos após N			após N					
BANCO BPI, SA	501214534	18/09/2017	444 645,00	444 645,00	2148/2017	03/08/2017	7	1,00%		34 MENSAL	25/09/2017	2513	43421	14 606,63	3 460,69	1 901,38			331 240,84	61 829,75	51 574,41		113 404,16	51 574,41		51 574,41
CAIXA LEASING E FACTORING	504868713	29/01/2020	285 566,71	285 566,71	597/2020	02/04/2020	3	0,50%		36 MENSAL	29/01/2020	2513	43421	2 077,88	427,78	0,00			232 020,83	53 545,88	0,00		53 545,88	0,00		0,00
CAIXA LEASING E FACTORING	504868713	29/01/2020	111 868,09	111 868,09	598/2020	02/04/2020	3	0,50%		36 MENSAL	29/01/2020	2513	43421	806,11	143,79	0,00			94 008,60	17 859,49	0,00		17 859,49	0,00		0,00
CAIXA LEASING E FACTORING	504868713	29/01/2020	49 824,60	49 824,60	599/2020	02/04/2020	3	0,50%		36 MENSAL	29/01/2020	2513	43421	359,04	64,02	0,00			41 871,07	7 953,53	0,00		7 953,53	0,00		0,00
CAIXA LEASING E FACTORING	504868713	29/01/2020	46 621,59	46 621,59	600/2020	02/04/2020	3	0,50%		36 MENSAL	29/01/2020	2513	43421	337,99	69,81	0,00			37 880,01	8 741,58	0,00		8 741,58	0,00		0,00
CAIXA LEASING E FACTORING	504868713	29/01/2020	31 555,58	31 555,58	601/2020	02/04/2020	3	0,50%		36 MENSAL	29/01/2020	2513	43421	155,19	40,54	0,00			26 518,25	5 037,33	0,00		5 037,33	0,00		0,00
CAIXA LEASING E FACTORING	504868713	29/01/2020	21 945,32	21 945,32	602/2020	02/04/2020	3	0,50%		36 MENSAL	29/01/2020	2513	43421	154,65	32,85	0,00			17 830,58	4 114,74	0,00		4 114,74	0,00		0,00
CAIXA LEASING E FACTORING	504868713	29/01/2020	37 624,31	37 624,31	604/2020	02/04/2020	3	0,50%		36 MENSAL	29/01/2020	2513	43421	184,65	61,73	0,00			31 618,40	6 005,91	0,00		6 005,91	0,00		0,00
CAIXA LEASING E FACTORING	504868713	29/01/2020	116 494,66	116 494,66	605/2020	02/04/2020	3	0,50%		36 MENSAL	29/01/2020	2513	43421	836,28	136,37	0,00			97 899,00	18 595,66	0,00		18 595,66	0,00		0,00
CAIXA LEASING E FACTORING	504868713	29/01/2020	69 991,70	69 991,70	606/2020	02/04/2020	3	0,50%		36 MENSAL	29/01/2020	2513	43421	502,49	89,96	0,00			58 819,26	11 172,44	0,00		11 172,44	0,00		0,00
CAIXA LEASING E FACTORING	504868713	29/01/2020	94 450,36	94 450,36	607/2020	02/04/2020	3	0,50%		36 MENSAL	29/01/2020	2513	43421	679,33	75,64	0,00			81 994,29	12 456,07	0,00		12 456,07	0,00		0,00
CAIXA LEASING E FACTORING	504868713	29/01/2020	26 004,41	26 004,41	608/2020	02/04/2020	3	0,50%		36 MENSAL	29/01/2020	2513	43421	189,23	38,99	0,00			21 128,58	4 875,83	0,00		4 875,83	0,00		0,00
CAIXA LEASING E FACTORING	504868713	29/01/2020	148 168,87	148 168,87	612/2020	02/04/2020) 4	0,50%		18 MENSAL	29/01/2020	2513	43421	1 326,65	1 468,05	517,83			83 217,69	36 765,34	28 185,84		64 951,18	28 185,84		28 185,84
CAIXA LEASING E FACTORING	504868713	29/01/2020	269 729,03	269 729,03	613/2020	02/04/2020) 4	0,50%		18 MENSAL	29/01/2020	2513	43421	2 513,16	2 714,24	942,45			151 053,28	67 362,71	51 313,04		118 675,75	51 313,04		51 313,04
CAIXA LEASING E FACTORING	504868713	29/01/2020	50 127,44	50 127,44	610/2020	02/04/2020	3	0,50%		36 MENSAL	29/01/2020	2513	43421	324,93	220,74	0,00			35 147,05	14 980,39	0,00		14 980,39	0,00		0,00
Banco Santander Totta	500844321	01/09/2022	156 764,24	156 764,24	2179/2021	15/06/2022	! 3	4,30%		36 MENSAL	01/09/2022	2513	43421	599,33	3 442,12	3 990,15			20 222,52	46 615,03	89 926,69		136 541,72	89 926,69		89 926,69
Banco Santander Totta	500844321	01/09/2022	39 330,67	39 330,67	2180/2021	15/06/2022	! 3	4,30%		36 MENSAL	01/09/2022	2513	43421	150,36	863,56	887,18			5 073,56	11 695,37	22 561,74		34 257,11	22 561,74		22 561,74
Banco Santander Totta	500844321	01/09/2022	24 630,50	24 630,50	2183/2021	15/06/2022	! 3	4,30%		36 MENSAL	01/09/2022	2513	43421	70,27	540,84	534,72			2 517,59	7 324,02	14 788,89		22 112,91	14 788,89		14 788,89
Banco Santander Totta	500844321	01/07/2023	31 382,00	31 382,00	2181/2021	15/06/2022	! 3	4,30%		36 MENSAL	01/07/2023	2513	43421	0,00	613,94	3 069,70			5 854,06	13 285,00	12 242,94		0,00	25 527,94		12 242,94
Banco Santander Totta	500844321	01/07/2023	37 417,00	37 417,00	2182/2021	15/06/2022	! 3	4,30%		36 MENSAL	01/07/2023	2513	43421	0,00	514,92	2 574,60			4 909,85	9 980,00	22 527,15		0,00	32 507,15		22 527,15
To	tal		2 094 142,08	2 094 142,08										25 874,17 1	5 020,58	14 418,01			1 380 825,31	420 196,07	293 120,70		655 281,68	316 385,70		316 385,70

7. Custos de empréstimos obtidos

Os contratos de empréstimos existentes no ano de 2023 e respetivas condições e encargos, estão refletidos no quadro n.º 12.

No decurso do ano de 2023, foi rubricado um contrato de empréstimo de curto prazo no montante de 1.500.000 €, dos quais foram utilizados 1.125.000 €.

Foi totalmente amortizado 1 empréstimo, para aquisição de habitação social celebrado no âmbito do PER.

Apresenta-se igualmente, no quadro n.º 13, o horizonte temporal dos encargos assumidos com os empréstimos ainda vigentes.

No quadro seguinte é apresentado um resumo dos financiamentos obtidos, individualizando os encargos estimados quer no curto prazo (a pagar durante o ano de 2024), quer no médio e longo prazo.

Quadro n.º 11 - Resumo dos financiamentos obtidos

		31.12.2023			31.12.2022	
Financiamentos	Passivo corrente	Passivo não corrente	Total	Passivo corrente	Passivo não corrente	Total
Empréstimos bonificados	17 421	17 441	34 862	115 770	34 828	150 598
- CGD / IHRU	17 421	17 441	34 862	115 770	34 828	150 598
Empréstimos financiamento	2 620 724	15 338 343	17 959 067	2 606 170	16 728 169	19 334 339
- CGD	627 526	4 701 702	5 329 228	540 854	4 249 162	4 790 016
- BPI	1 702 755	5 549 415	7 252 170	1 743 263	7 185 995	8 929 258
- CCAM	290 443	5 087 226	5 377 669	322 053	5 293 012	5 615 066
Locações financeiras	226 939	89 446	316 386	332 700	129 240	461 940
Total	2 865 084	15 445 231	18 310 314	3 054 641	16 892 237	19 946 878



Quadro n.º 12 - Custos de empréstimos obtidos

													iauro	n.º 12 -	Cust				IOS OL	liu	US .								
	Identificação do	emoréstimo				Vist	to do TC		Сар	ital	Taxa de	juro				Pagar	mentos efetuad	os				Mont	antes vencido	s e não pagos	Capital em dív	da no ano N	Amortizações	médias de capital	
Tine			Data de contratação do	Prazo do	Anos			Finalidade do					Ar	nortização do capital						C	Outros encargos (a)		em 31/		-		,		Fundamento
Tipo	N.º do contrato	Nome da instituição	empréstimo	contrato	decorridos	N.º de registo	Data	empréstimo	Contratado	Utilizado	Inicial	Atual	Até N	Ano N P	revistos após N		Até N	Ano N	Previstos após N	Até N	Ano N Pres	istos is N Capit	al Juros	Outros encargos (a)	Em 01.01		Empréstimos contratados até 31/12/2013 (b)	Empréstimos contratados após 01/01/2014	legal (c)
Curto Prazo								Financiamento de																					
	2595/000591/792	C.G.D.	24-03-2023	1	1			necessidades pontuais de	1 500 000	1 125 000	0,07%	0,07%		1 125 000				22 500							0	0	,		
								tesouraria																					
Total CP Médio e Longo Prazo									1 500 000	1 125 000			0	1 125 000	0		0	22 500	0	0	0	0	0 1	0 1	0	0	0	0	
medio e congo rrato	59072509293	CCA.M.	10-03-2016	20	7	1000	27-07-2016	Aquisição da Quinta do Braamcamo	2 900 000	2 900 000	1,15%	1,15%	644 444	161 111	2 094 444		189 812	89 343	761 716						2 255 556	2 094 444	ı	145 000	,
	59072889181	CCA.M.	10-03-2016	20	7	1037	27-07-2016	Realização de obras na Quinta	1 800 000	180 000	1,15%	1,15%	35 000	10 000	135 000		9 436	4 620	50 711						145 000	135 000	,	9 000	
	9015/00837/991	C.G.D.	20-06-2016	20	7	1039	27-07-2016	do Braamcamp Investimentos	2 300 000	1 968 497	1,44%	1.256	437 444	109 361	1 421 692		84 535	51 027	543 369						1 531 053	1 421 692		98 425	
	9015/00857/991	CG.D.	20 00 2010	20	,	1039	27-07-2016	diversos Aq. de	2 300 000	1 300 437	1,44%	1,25%	437 444	109 301	1 421 692		04 333	51027	543 309						1331033	1421692		30 423	
	2388496830038	B.P.I.	10-03-2016	10	7	1041	07-10-2016	embarcação tradicional - Muleta	300 000	300 000	1,30%	1,30%	158 824	35 294	105 882		12 296	3 636	9 784						141 176	105 882	:	30 000	
	2388496830037	B.P.I.	10-03-2016	10	7	998	16-11-2016	Substituição do PAEL Reabilitação e	7 651 035	7 651 035	1,90%	1,77%	4 372 020	728 670	2 550 345		597 060	55 706	91 813						3 279 015	2 550 345	i	765 103	
	2595/000398/591	C.G.D.	15-05-2021	20	3	1451	12-11-2021	regeneração de um edifício com vista à criação de uma StartUp e arranjos exteriores	850 000	850 000	0,58%	0,58%			850 000			1 848	370 320						850 000	850 000	o o	42 500	
		CCA.M.	12-02-2021	20	2	1448	02-11-2022	Obras de reabilitação de espaço público e respetivas infraestruturas na zona do Barreiro Antigo	5 000 000	78 843	0,39%	0,58%			5 000 000			1 788	39 264		15				0	78 843	ı a	3 942	
	2595/000400/291	C.G.D.	13-07-2021	20	2	1449	14-06-2022	Reabilitação do antigo armazém de víveres	1 050 000	382 611	0,58%	0,58%			1 050 000				253 725						0	382 611		19 131	
SubTotal Médio e Longo Prazo									21 851 035	14 310 986			5 647 732	1 044 436	13 207 364		893 139	207 969	2 120 701	0	15	0	0 1	0 1	8 201 800	7 618 819	0	1 113 101	
	0141/000032/387/0019	C.G.D.	16-07-1997	25	25	47941	26-08-97	Habitação Social P.E.R Aquisição de 119 fogos	2 211 630	2 211 630	1,94%	0,47%	2 113 247	98 383	0		152 823	457		193	8	0			98 383	0	0		
	0141/000032/987/0019	C.G.D.	08-12-1998	25	24	48648	29-12-98	Habitação Social P.E.R Financiamento complementar para aquisição de	138 077	138 077	1,32%	0,47%	126 229	5 908,93	5 940		9 660	50	65	185	8	8			11 849	5 940	6 473		
	0141/000035/887/0019	C.G.D	05-03-2001	25	23	37	15-03-01	119 fogos Financ. P/ aq. 14 fogos - P.E.R.	271 783	271 783	1,12%	0,00%	231 416	11 445,01	28 922		13 458	225	464	169	8	16			40 367	28 922	11 082		
	2388496830039	B.P.I.	25-07-2017	10	5	3080	28-05-2018	Aquisição de 60 autocarros a GNC e posto de abstecimento a	7 915 000	7 915 000	1,00%	1,00%	2 405 933	913 124	4 595 942,39		250 382	213 166	565 155						5 509 067	4 595 942	!	791 500	Alínea a) n.º 5 do artigo 52,º da Lei 73/2013 de 03.09
	9015/00863/5991	C.G.D.	31-07-2017	10	5	3079	28-05-2018	GNL Aquisição de 60 autocarros a GNC e posto de abstecimento a GNL	3 451 943	3 451 943	1,30%	1,30%	1 078 732	431 493	1 941 718		139 004	106 140	268 465	24	. 8	40			2 373 211	1 941 718		194 172	Alínea a) n.º 5 do artigo 52,º da Lei 73/2013 de 03.09
		CCA.M.	26-11-2020	20	3	3386	26-01-2021	Conclusão da empreitada de ampliação da Escola EB 1 + Jl n.º 3 Barreiro	2 118 325	2 118 325	0,39%	0,39%		95 638	2 022 687			50 747	922 888						2 118 325	2 022 687	,	101 134	Alínea a) n.º 5 do artigo 52,º da Lei 73/2013 de 03.09
		CCA.M.	26-11-2020	20	3	3385	26-01-2021	Reformulação da mobilidade e do espaço público da Av. da Liberdade	1 096 185	1 096 185	0,39%	0,39%		49 490	1 046 695			26 383	476 699						1 096 185	1 046 695		52 335	Alínea a) n.º 5 do artigo 52,º da Lei 73/2013 de 03.09
	2595/000398/791	C.G.D.	13-05-2021	20	3	1450	12-11-2021	Recuperação do Moinho de Maré Grande de Alburrica	993 299	733 206	0,58%	0,58%			993 299			101	222 135						35 752	733 206			Alinea a) n.º 5 do artigo 52,º da Lei 73/2013 de 03.09
SubTotal Total MLP									40 047 277	17 936 149 32 247 135	0	0	5 955 558 11 603 289	1 605 482 2 649 918	10 635 203 23 842 567		565 327 1 458 465	605 236	4 576 572	570	48	64 64	0 1	0 1	11 283 137 19 484 938	10 375 110 17 993 929	17 555	2 098 773	
Total Geral									41 547 277	33 372 135	0	0	11 603 289	3 774 918	23 842 567		1 458 465	627 737	4 576 572	570	48	64	0 1	0	19 484 938	17 993 929	17 555	2 098 773	

Quadro n.º 13 - Horizonte temporal dos empréstimos obtidos

						Vi	sto do TC		Сар	ital					Pagamentos :	a efetuar até:				
Tipo	Identificação do	empréstimo	Data de contratação do	Prazo do	Anos			Finalidade do			Até 20	25	Até 20	130	Até 20	035	Até 20	140	Até 20	145
11po	N.º do contrato	Nome da instituição	empréstimo	contrato	decorridos	N.º de registo	Data	empréstimo	Contratado	Utilizado	Amortização	Juros	Amortização	Juros	Amortização	Juros	Amortização	Juros	Amortização	Juros
Médio e Longo Prazo														,						
	59072509293	C.C.A.M.	10-03-2016	20	7	1000	27-07-2016	Aquisição da Quinta do Braamcamp	2 900 000	2 900 000	322 222	212 806	805 556	379 664	805 556	162 723	161 111	6 523		
	59072889181	C.C.A.M.	10-03-2016	20	6	1037	27-07-2016	Realização de obras na Quinta do Braamcamp	1 800 000	180 000	20 000	13 543	50 000	24 912	50 000	11 447	15 000	809		
	9015/00837/991	C.G.D.	20-06-2016	20	7	1039	27-07-2016	Investimentos diversos	2 300 000	1 968 497	218 722	151 034	546 805	271 330	546 805	116 335	109 360	4 669		
	2388496830038	B.P.I.	10-03-2016	10	7	1041	07-10-2016	Aq. de embarcação tradicional - Muleta	300 000	300 000	105 882	8 386	35 294	1 398						
	2388496830037	B.P.I.	10-03-2016	10	7	998	16-11-2016	Substituição do PAEL Reabilitação e	7 651 035	7 651 035	2 186 010	72 196	1 093 005	19 616						
	2595/000398/591	C.G.D.	15-05-2021	20	3	1451	12-11-2021	regeneração de um edifício com vista à criação de uma StartUp e arranjos exteriores	850 000	850 000	94 444	76 165	236 111	154 640	236 111	96 500	236 111	41 365	47 222	1649
		C.C.A.M.	12-02-2021	20	2	1448	02-11-2022	Obras de reabilitação de espaço público e respetivas infraestruturas na zona do Barreiro Antigo	5 000 000	78 843	294 118	7 136	1 470 590	14 030	1 470 590	11 311	1 470 590	6 093	294 112	694
	2595/000400/291	C.G.D.	13-07-2021	20	2	1449	14-06-2022	Reabilitação do antigo armazém de víveres	1 050 000	382 611	30 882	35 000	308 825	80 000	308 825	70 000	308 825	50 000	92 643	18725
SubTotal Médio e Longo Prazo									21 851 035	14 310 986	3 272 281	576 266	4 546 186	945 590	3 417 887	468 316	2 300 997	109 459	433 977	21 068
	0141/000032/987/0019	C.G.D.	08-12-1998	25	24	48648	29-12-98	Habitação Social P.E.R Financiamento complementar para aquisição de 119 fogos	138 077	138 077	5 940	65								
	0141/000035/887/0019	C.G.D	05-03-2001	25	22	37	15-03-01	Financ. P/ aq. 14 fogos - P.E.R. Aquisição de 60 autocarros a GNC	271 783	271 783	23 079	430	5 843	34						
	2388496830039	B.P.I.	25-07-2017	10	5	3080	28-05-2018	e posto de abstecimento a GNL Aquisição de 60	7 915 000	7 915 000	2 967 448	370 935	2 541 618	194 220						
	9015/00863/5991	C.G.D.	31-07-2017	10	5	3079	28-05-2018	autocarros a GNC e posto de abstecimento a GNL Conclusão da	3 451 943	3 451 943	862 986	179 067	1 078 732	89 398						
		C.C.A.M.	26-11-2020	20	3	3386	26-01-2021	empreitada de ampliação da Escola EB 1 + Jl n.º 3 Barreiro	2 118 325	2 118 325	342 810	175 482	580 338	375 067	591 763	258 236	603 414	133 893		
		C.C.A.M.	26-11-2020	20	3	3385	26-01-2021	Reformulação da mobilidade e do espaço público da Av. da Liberdade	1 096 185	1 096 185	177 396	90 686	300 311	193 723	306 224	133 374	311 302	57 955	950,8	960
	2595/000398/791	C.G.D.	13-05-2021	20	3	1450	12-11-2021	Recuperação do Moinho de Maré Grande de Alburrica	993 299	733 206	105 359	30 632	268 760	70 040	276 597	61 285	284 662	43 775	57 921	16 403
SubTotal Total Geral									15 984 613 37 835 647		4 485 019 7 757 300	847 297 1 423 563		922 483 1 868 073	1 174 584 4 592 471	452 895 921 211		235 623 345 082	58 872 492 849	17 363 38 431

9. Imparidade de ativos

Quadro n.º 14 - Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa

			31/12/2023			31/12/2022	
Ativo	Natureza	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Clientes, contribuintes e utentes	Gerador de caixa	6 211 503,90	4 130 862,36	2 080 641,54	5 671 170,50	4 042 544,73	1 628 625,77
Outros devedores	Gerador de caixa	158 203,76	140 150,84	18 052,92	151 512,97	140 150,84	11 362,13
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Não gerador de caixa	398 788,37	96 270,08	302 518,29	429 154,72	247 277,26	181 877,46

Em 2023, considerou-se criar imparidade para todos os montantes em dívida no final de 2023, com exceção dos montantes recebidos até final de fevereiro de 2024.

De igual forma, não foram constituídas imparidades para todos os montantes em dívida de acordos de pagamento que estejam a ser cumpridos, das dividas resultantes da faturação de águas.

Para as matérias-primas, subsidiárias e de consumo, criou-se imparidade equivalente aos bens sem consumo nos últimos 4 anos.

No ano de 2023, houve um reforço de imparidades no montante de 95.212,20 € e uma reversão de 157.901,75 €, conforme espelhado no quadro seguinte.

Quadro n.º 15 - Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa - Ano

Rubricas	Quantia		Aum	entos			Dimi	nuições		Quantia escriturada
Rubricas	escriturada inicial	Reforços	Aumentos da quantia	Outros aumentos	Total aumentos	Utilizações	Reversões	Outros diminuições	Total diminuições	final
Clientes, contribuintes e utentes	4 042 544,73	95 212,20			95 212,20		6 894,57		6 894,57	4 130 862,36
Outros devedores	140 150,84	0,00			0,00					140 150,84
Matérias-primas, subsid.e de consumo	247 277,26	0,00			0,00		151 007,18		151 007,18	96 270,08
TOTAL	4 429 972,83	95 212,20	0,00	0,00	95 212,20	0,00	157 901,75	0,00	157 901,75	4 367 283,28



10. Inventários

Em 31 de dezembro de 2023, a rubrica Inventários tinha a seguinte composição:

Quadro n.º 16 - Inventários

		31/12/2023			31/12/2022	
Rubricas	Quantia bruta	lmparidade acumulada	Quantia recuperável	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Matérias primas, subsídiarias e de consumo	398 788,37	96 270,08	302 518,29	429 154,72	247 277,26	181 877,46
Produtos acabados e intermédios	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Produtos e trabalhos em curso	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
TOTAL	398 788,37	96 270,08	302 518,29	429 154,72	247 277,26	181 877,46

Os movimentos ocorridos no período, consta do quadro seguinte:

Quadro n.º 17 - Inventários - Movimentos no período

	Quantia			١	/ariações				Quantia
Rubricas	escriturada inicial	Compras liquidas	Consumos/ gastos	Variações nos inventários	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de invetários	escriturada final
Mercadorias									0,00
Matérias primas, subsídiarias e de consumo	181 877,46	323 166,09	345 061,92	238 806,74	247 277,26	151 007,18			302 518,29
Produtos acabados e intermédios									0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos									0,00
Produtos e trabalhos em curso									0,00
TOTAL	181 877,46	323 166,09	345 061,92	238 806,74	247 277,26	151 007,18	0,00	0,00	302 518,29

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, encontra-se devidamente apurado no quadro seguinte.

Quadro n.º 18 - Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

		2023			2022	
	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de Consumo	Total	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de Consumo	Total
Existências iniciais	0,00	429 154,72	429 154,72	0,00	680 329,56	680 329,56
Compras	0,00	323 166,09	323 166,09	0,00	347 115,22	347 115,22
Regularização de existências	0,00	-8 470,52	-8 470,52	0,00	-216 019,58	-216 019,58
Existências finais	0,00	398 788,37	398 788,37	0,00	429 154,72	429 154,72
Custo das merc.vend.mat.consumidas	0,00	345 061,92	345 061,92	0,00	382 270,48	382 270,48

13. Rendimentos de transações com contraprestação

Esta nota tem por objetivo descrever o tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação, sendo elemento fundamental, a determinação do momento do reconhecimento.

O rendimento é reconhecido na demonstração de resultados, quando for provável que fluam para a entidade, benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e, estes benefícios, possam ser mensurados com fiabilidade.

O quadro seguinte, reflete estes rendimentos.

Quadro n.º 19 - Rendimentos de transações com contraprestação

			31/12/2023					31/12/2022		
Ting de harros (in constant and in constant an	Rendimento reconhe	o do período cido em	Quantias p	or receber	Adiantamentos	Rendimento reconhe	o do período cido em	Quantias p	or receber	Adiantamentos
Tipo de transação sem contraprestação	Resultados	Património Líquido	Inicio do periodo	Final do periodo	recebidos	Resultados	Património Líquido	Inicio do periodo	Final do periodo	recebidos
Taxas	8 412 016,76		2 970 865,13	3 127 491,43		6 557 561,93		2 738 494,97	2 970 865,13	
Multas e outras penalidades	122 350,99		209 409,25	219 031,04		158 720,93		165 543,24	209 409,25	
Venda de bens	3 362 194,65		1 044 234,33	1 205 790,10		3 424 343,60		966 662,32	1 044 234,33	
Prestações de Serviços	6 125 007,77		1 494 301,48	1 729 321,94		5 281 031,77		1 575 414,56	1 494 301,48	
Outros rendimentos	747 780,42		48 305,97	48 305,97		18 933,80		47 099,97	48 305,97	
Juros, dividendos ou outros rendimentos similares	345 136,20					123 645,69				
TOTAL	19 114 486,79	0,00	5 767 116,16	6 329 940,48	0,00	15 564 237,72	0,00	5 493 215,06	5 767 116,16	0,00

29

14. Rendimentos de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências.

Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas.

As transferências, são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

O detalhe destes rendimentos, encontra-se no quadro seguinte.

Quadro n.º 20 - Rendimentos de transações sem contraprestação

			31/12/2023					31/12/2022		
	Rendimento reconhe		Quantias p	or receber	Adiantamentos	Rendimento reconhe	do período cido em	Quantias p	or receber	Adiantamentos
Tipo de transação sem contraprestação	Resultados	Património Líquido	Inicio do periodo	Final do periodo	recebidos	Resultados	Património Líquido	Inicio do periodo	Final do periodo	recebidos
Impostos diretos										
Derrama	827 715,00					555 070,00				
Imposto municipal sobre imóveis	12 410 295,00					10 635 000,00				
Imposto único de circulação	1 811 376,75					1 711 036,97				
Impostos indiretos										
Imposto municipal sobre transações onerosas de imóveis	4 503 283,81					4 472 765,50				
Outros	1 000,28					835,32				
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde										
Transferências sem condição	25 300 474,31					21 520 282,39				
Transferências com condição										
Subsídios sem condição										
Subsídios com condição	3 235 233,68					1 523 160,10				
Legados, ofertas e doações										
Outros	157 901,75		4 002,05	4 928,22		336 055,31		31 895,08	4 022,05	
TOTAL	48 247 280,58	0,00	4 002,05	4 928,22	0,00	40 754 205,59		31 895,08	4 022,05	0,00

15. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas quando se verificam, cumulativamente, as seguintes situações:

- i) Exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado
- ii) Seja provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação
- iii) Possa ser efetuada uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

De acordo com os processos judiciais em curso, manteve-se a provisão constituída em 2020, no montante de 120.000 €.

Quadro n.º 21 - Provisões

	Quantia	Aumentos									
Rubricas	escriturada inicial	Reforços	Aumentos da quantia escriturada	Outros aumentos	Total aumentos	Utilizações	Reversões	Outros diminuições	Total diminuições	Quantia escriturada final	
Provisões											
Impostos, contribuições e taxas											
Garantias a clientes											
Processos judiciais em curso	120 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120 000,00	
Acidentes de trabalho e doenças profissionais											
Matérias ambientais											
Contratos onerosos											
Reestruturação e reorganização											
Outras provisões											
TOTAL	120 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120 000,00	

Quadro n.º 22 - Passivos contingentes

N.º	Entidade	Processo	Valor da Ação	Observações	Valor Provisão
1	Paloma Vanessa Cabeça Lopes	Procº nº 8/23.8BEALM	30 000,01 €		0,00€
2	Maria de Fátima da Costa Duarte	Procº nº 72/23.0BEALM	30 000,01 €		0,00€
3	José Manuel Gomes dos Santos, Lda	Procº nº 219/17.5BEALM	5 283,10 €		0,00€
4	Julião Azevedo - Arquirtectos, Lda	Procº nº 3639/22.0 BELSB	42 000,00 €		0,00€
5	Vitor Pedro ramos Rocha	Procº nº 296/22.7 BEALM	13 980,00 €		0,00€
6	Helder Miguel da Silva Pereira Alves Menor	Procº nº 228/18.7BEALM	30 000,01 €		30 000,01 €
7	Isabel Maria Gomes da Silva André	Proc.º n.º 260/19.3BEALM	15 000,01 €		0,00€
8	Repsol Portuguesa, S.A.	Procº 710/19.9 BEALM	779,73€		779,73€
9	Amadeu Marques Henriques	Procº 1299/19.4BELRA	76 287,49 €		0,00€
10	Zippy - Comércio e Distribuição , S.A.	Procº 2081/20.1 BEPRT	192,86 €		0,00€
11	Fernando José da Conceição Cavaco Capelo	Procº 1221/14.4 BEALM	495 833 057,76 €		0,00€
12	Mestres Publicidade, Lda	Procº 1325/09.5 BEALM	17 975,52 €		0,00€
13	Segum - Sociedade de Construções, Lda	Procº 603/05.7 BEALM	87 930,74 €		87 930,74 €
14	Sociedade Portuguesa Estudo das Aves	Procº 970/20.0 BELSB	30 000,01 €		0,00€
15	Algar - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos S.A.	Procº 218/19.2 BELLE	30 000,01 €		0,00€
16	Habigest - Imobiliária, Lda	Procº 905/18.2 BEALM	30 000,01 €		0,00€
17	J. M. Duarte	Procº 1097/18.2 BEALM	30 000,01 €		0,00€
18	Teododo Rúbio & Filhos, Lda	Procº 2931/19.5T8 ALM	275 000,00 €		0,00€
19	Alexandre Barbosa Borges S.A. e Outros	Procº 532/19.7 BEALM	784 218,28 €		0,00€
20	Eurodecisão - Produção de Biocombustíveis, Lda	Proc.º n.º 2659/08.1 BELSB	1 109 159,08 €		0,00€

21

17. Acontecimentos após a data de relato

Não se verificaram acontecimentos após a data de relato que requeiram ajustamento ou divulgação.

As Demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Órgão Executivo a 22 de abril de 2024.

18. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o valor dos Ativos financeiros era o seguinte:

Quadro n.º 23 - Ativos financeiros

				31.12.2023			31.12.2022	
Quantia	s escrituradas de cada un	na das categorias de ativos financeiros	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
	Ativos financeiros não	Outros ativos						
	correntes ao custo ou	- Devedores diversos	28 076,92		28 076,92	28 076,92		28 076,92
	custo amortizado	- Outros ativos financeiros	5 167 377,17		5 167 377,17	6 471 485,95		6 471 485,95
	menos imparidade	Participações financeiras	4 430 211,03		4 430 211,03	5 408 028,87		5 408 028,87
		Subtotais	9 625 665,12	-	9 625 665,12	11 907 591,74	-	11 907 591,74
		Clientes, contribuintes e utentes						
		- Clientes c/c	2 074 001,00		2 074 001,00	759 486,38		759 486,38
Ativos		- Utentes	6 640,54		6 640,54	869 139,39		869 139,39
Financeiros		- Cobrança duvidosa	4 130 862,36	4 130 862,36	-	4 042 544,73	4 042 544,73	-
	Ativos financeiros	Outros ativos						
	correntes ao custo ou custo amortizado	- Estado e out.ent.públicos	980 819,48		980 819,48	1 080 489,71		1 080 489,71
	menos imparidade	- Dev. por acréscimos	15 926 865,06	140 150,84	15 786 714,22	12 754 407,26	140 150,84	12 614 256,42
		- Devedores diversos			-			-
		- Outros ativos financeiros	6 094 565,83		6 094 565,83	4 790 457,05		4 790 457,05
		Participações financeiras			-			-
		Subtotais	29 213 754,27	4 271 013,20	24 942 741,07	24 296 524,52	4 182 695,57	20 113 828,95
		Totais	38 839 419,39	4 271 013,20	34 568 406,19	36 204 116,26	4 182 695,57	32 021 420,69

Passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o valor dos Passivos financeiros era o seguinte:

Quadro n.º 24 - Passivos financeiros

				31.12.2023		31.12.2022			
Quantias esc	crituradas de cada uma	das categorias de passivos financeiros	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	
		Credores p/transf.sub.emp.bonif.							
		- Cred. por transf. e sub. não reemb.			-			-	
		- Cred. por emp.bon.e sub. reembolsáveis			-			-	
		Fornecedores	511 853,46		511 853,46	757 173,19	ı	757 173,19	
		Outros passivos							
	Passivos financeiros	- Pessoal							
	não correntes mensurados ao custo ou ao custo amortizado	- Estado e out.ent.públicos			-			-	
		- Fornecedores de investimentos	1 089 800,00		1 089 800,00			-	
		- Cred. por acréscimos			-			-	
		- Credores diversos	1 580 141,24		1 580 141,24	1 543 281,29	1	1 543 281,29	
		- Rendimentos a reconhecer			-			-	
		Financiamentos obtidos	15 445 230,86		15 445 230,86	16 892 237,00	l .	16 892 237,00	
Passivos		Subtotais	18 627 025,56		18 627 025,56	19 192 691,48	1	19 192 691,48	
financeiros		Credores p/transf.sub.emp.bonif.							
		 Cred. por transf. e sub. n\u00e3o reemb. 	1 000,00			1 000,00	1		
		- Cred. por emp.bon.e sub. reembolsáveis							
		Fornecedores	7 125 372,45		7 125 372,45	5 536 695,79	1	5 536 695,79	
		Outros passivos			-			-	
	Passivos financeiros	- Pessoal			-			-	
	não correntes mensurados ao custo	- Estado e out.ent.públicos	673 193,86		673 193,86	622 176,14		622 176,14	
	ou ao custo amortizado	- Fornecedores de investimentos	1 376 857,52		1 376 857,52	1 106 574,47	•	1 106 574,47	
		- Cred. por acréscimos	4 796 831,53		4 796 831,53	3 817 092,66	i	3 817 092,66	
		- Credores diversos	173 838,88		173 838,88	226 069,11		226 069,11	
		- Rendimentos a reconhecer							
		Financiamentos obtidos	2 865 083,54		2 865 083,54	3 054 640,61		3 054 640,61	
		Subtotais	17 012 177,78		17 012 177,78	14 364 248,78		14 364 248,78	
		Totais	35 639 203,34		35 639 203,34	33 556 940,26		33 556 940,26	

Rendimentos e gastos de instrumentos financeiros

Quadro n.º 25 - Rendimentos e gastos de juros

Rendimentos e gastos de juros		31/12/2023	31/12/2022
Rendimentos de juros para ativos financeiros			
	Depósitos	319 517,36	271,58
Gastos de juros para passivos financeiros			
Financiame	ntos obtidos	730 085,59	240 976,96

Quadro n.º 26 - Perdas por imparidade em ativos financeiros

Ativos financeiros	31/12/2023	31/12/2022
Clientes	4 130 862,36	4 042 544,73
Outras contas a receber	140 150,84	140 150,84

20. Divulgação de partes relacionadas

As entidades controladas assim como as transações ocorridas com as mesmas no que se refere a rendimentos e gastos, são apresentadas nos quadros seguintes.

Quadro n.º 27 - Listagem de entidades controladas

	Tipo de				Capital		% Controlo		Controlo
Designação	Entidade	Sede	Capital Social	Participação	Próprio	Participação	Direto	Indireto	final
Serviços Municipalizados de Transportes Coletivos do Barreiro	SM	Rua Resistentes Anti-Fascistas - 2830-523 Barreiro	5 809 329	5 809 329	429 638	429 638	100,00%		100,00%

Quadro n.º 28 - Mapa das relações financeiras com entidades públicas participantes e empresas locais

													(Mo	ntantes expre	essos em euros)
	Entidade					Direitos / I	Recebimentos					Obrigaçõe	s / Pagamentos		
Tipo	Denominação	NIPC	Identificação das operações	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final	% no total de Recebimentos	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	% no total de Pagamentos
ASU	S.ENERGIA - Agência Regional de Energia para os concelhos do Barreiro, Moita, Montijo e Alcochete	508100720	Subsídio à exploração								65 220,36		65 220,36		3,62%
			Subtotal:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	65 220,36	0,00	65 220,36	0,00	3,62%
			Financiamentos concedidos	11 475 648,81	319 309,73		214 908,71	11 580 049,83	100,00%						0,00%
SM	Serviços Municipalizados de Transportes Coletivos	680015574	Compensação financeira de obrigação serviço público								414 500,00		414 500,00		23,01%
	do Barreiro		Aquisição títulos transportes								585 500,00		585 500,00		32,51%
			Fornecimentos e serviços externos							263 997,16	636 468,35		735 859,26	164 606,25	40,86%
			Subtotal:	11 475 648,81	319 309,73	0,00	214 908,71	11 580 049,83	100,00%	263 997,16	1 636 468,35	0,00	1 735 859,26	164 606,25	96,38%
			Total:	11 475 648,81	319 309,73	0,00	214 908,71	11 580 049,83	100,00%	263 997,16	1 701 688,71	0,00	1 801 079,62	164 606,25	100,00%

Investimentos financeiros

A 31 de dezembro de 2023, o valor dos Investimentos financeiros era o apresentado no quadro seguinte.

Quadro n.º 29 - Investimentos financeiros

Entida	ides / Fundos		Р	articipação no fina	ıl do exer	cício		
Denominação	Natureza da entidade	NIPC	Valor subscrito	Data subscrição	%	Valor contabilizado a 31/12/2023	Observações	
Amarsul - Valorização e tratamento de resíduos sólidos, S.A	Sociedade anónima	503876321	512 945,00	04/03/1997	6,60%	512 945,00	Contabilizado de acordo com a participação no capital social	
Simarsul, S.A.	Sociedade anónima de capitais públicos	513606130	2 274 306,00	22/01/2004	9,10%	2 274 306,00		
S.Energia - Agência Regional de Energia Barreiro, Moita, Montijo e Alcochete	ASU	508100720	176 724,51	16/05/2007	30,56%	107 406,87	Contabilizado ao Método de	
Serviços Municipalizados de Transportes Coletivos do Barreiro	SM	680015574	2 306 528,73	31/12/2020	100,00%	429 637,66	Equivalência Patrimonial	
FAM - Fundo de Apoio Municipal	Pessoa Coletiva Direito Público	513319182	1 105 915,50	27/05/2015	0,26%	1 105 915,50	De acordo com as Unidades de Participação adquiridas	

Rendimentos e ganhos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de rendimentos e ganhos, tinha a composição apresentada no quadro seguinte.

Rendimentos e ganhos	2023	2022
70 Impostos, contribuições e taxas	28 088 038,59	24 090 990,65
71 Vendas	3 362 194,65	3 424 343,60
72 Prestações de serviços e concessões	6 125 007,77	5 281 031,77
73 Variações nos inventários da produção		
74 Trabalhos para a própria entidade		
75 Transferências e subsídios correntes obtidos	25 300 474,31	21 520 282,39
76 Reversões	157 901,75	6 728,19
77 Ganhos por aumentos de justo valor		
78 Outros rendimentos	3 983 014,10	1 871 421,02
79 Juros, dividendos e out.rendimentos similares	345 136,20	123 645,69
Totais	67 361 767,37	56 318 443,31

Gastos e perdas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de rendimentos e ganhos, tinha a seguinte composição:

Quadro n.º 31 - Gastos e perdas

Gastos e perdas	2023	2022
60 Transferências e subsídios concedidos	7 289 285,48	6 087 051,80
61 Custo das merc.vend.mat.consumidas	345 061,92	382 270,48
62 Fornecimentos e serviços externos	20 989 966,99	18 103 076,54
63 Gastos com o pessoal	27 625 117,37	24 427 202,78
64 Gastos de depreciação e de amortização	5 680 394,70	5 265 084,81
65 Perdas por imparidade	95 212,20	370 103,57
67 Provisões		
68 Outros gastos	2 226 738,23	2 307 534,10
69 Gastos por juros e outros encargos	872 338,78	375 670,19
Totais	65 124 115,67	57 317 994,27

Fornecimentos e serviços externos

Os fornecimentos e serviços externos no final de 2023 e 2022, apresentavam a composição espelhada no quadro seguinte:

Quadro n.º 32 - Fornecimentos e serviços externos

	Fornecimentos e serviços externos	2023	2022
621	Subcontratos e parcerias	8 460 065,95	7 328 607,36
	- Serviços de Saneamento básico	2 248 784,06	3 059 601,07
	- Serv.Recolha e Trat.Dep.Resíduos	2 151 855,74	1 453 820,20
	- Água - Abastecimento Público		
	- Serviços de Saúde		
	- Limpeza Urbana	1 261 993,94	914 894,56
	- Iluminação Pública	207 989,87	285 598,39
	- Sinalização e Trânsito		4 958,90
	- Transportes Escolares	1 672,88	3 182,19
	- Cantinas Escolares - refeições confecionadas	2 473 925,89	1 506 427,62
	- Outros	102 718,01	92 124,43
	- Colónias de férias	11 125,56	8 000,00
622	Serviços especializados	6 656 379,97	5 554 031,08
	- Trabalhos especializados	3 563 826,89	3 015 731,54
	- Publicidade comunicação e imagem	164 183,34	176 036,03
	- Vigilância e segurança	256 585,04	271 228,04
	- Honorários	126 423,27	5 262,69
	- Comissões de cobrança de impostos e taxas	418 456,84	415 397,71
	- Comissões de outras cobranças	89 791,37	142 564,91
	- Conservação e reparação	1 526 399,98	1 377 622,68
	- Outros serviços especializados	510 713,24	150 187,48
623	Materiais de consumo	308 403,61	271 830,11
	- Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	85 230,81	122 557,29
	- Livros e documentação técnica	262,52	1 390,37
	- Material de escritório	27 025,75	47 593,43
	- Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	12 948,49	31 854,85
	 Material de educação cultura e recreio Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais 	60 849,05 488,66	31 527,83 1 305,57
	- Artigos de riigiene e impeza, vestuario e artigos pessoais - Medicamentos e artigos para a saúde	7 251,94	9 525,14
	- Produtos quimicos e de laboratórios	114 232,16	18 647,05
	- Outros materiais diversos de consumo	114 232,16	7 428,58
624	Energia e fluídos	2 281 965,66	1 940 452,79
J24	- Electricidade	1 611 900,01	1 155 852,44
	- Combustíveis e lubrificantes	670 065,65	784 600,35
	- Outros	2.0003,03	
625	Deslocações, estadas e transportes	613 005,89	613 964,36
	- Deslocações e estadas	15 602,60	15 959,89
	- Transportes de pessoal	294,38	,
	- Transportes de mercadorias e outros bens vendidos	110,70	
	- Transporte escolar	,	3 639,28
	- Outros	596 998,21	594 365,19
626	Serviços diversos	2 670 145,91	2 394 190,84
	- Rendas e alugueres	842 417,40	896 841,99
	- Comunicação	331 332,49	308 093,24
	- Seguros	300 583,19	268 860,77
	- Contencioso e notariado		
	- Despesas de representação dos serviços	3 914,49	4 512,68
	- Limpeza, higiene e conforto	721 023,69	578 726,53
	- Outros serviços	470 874,65	337 155,63
	- Fornecimentos e serviços diversos		
	Totais	20 989 966,99	18 103 076,54

Gastos com pessoal

No final de 2023, a Câmara Municipal do Barreiro, tinha ao seu serviço 1290 trabalhadores.

Os gastos com pessoal no ano de 2023 e 2022, apresentavam a composição expressa no quadro seguinte.

Quadro n.º 33 - Gastos com pessoal

Gastos com o pessoal	2023	2022
Remunerações Órgãos Autárquicos	433 157,40	396 013,53
Remunerações do pessoal	21 101 292,76	18 620 887,27
- Remunerações base	15 414 228,27	13 319 438,73
- Subsídios de férias	1 587 725,08	1 702 556,72
- Subsídios de Natal	1 309 351,19	1 201 100,69
- Despesas de representação	61 400,16	48 404,16
- Subsídio de refeição	1 637 410,63	1 206 676,82
- Trabalho extraordinário	482 412,71	454 736,05
- Trabalho em regime de turnos	512 413,39	482 482,20
- Abono para falhas	42 731,27	43 263,70
- Ajudas de custo	12 316,79	6 379,75
- Vestuário e artigos pessoais	41 303,27	155 848,45
- Outros suplementos		
Pensões		
Indemnizações	7 058,71	17 862,11
Encargos s/ Remunerações	5 406 391,47	4 875 831,01
Seguros de acid. trab e doenças profis.	417 738,12	274 709,82
Outros gastos com o pessoal	1 449,26	72,00
Outros encargos sociais	258 029,65	241 827,04
Totais	27 625 117,37	24 427 202,78

As transferências e subsídios concedidos no decurso do ano de 2023 e 2022, foram repartidas da seguinte forma:

Quadro n.º 34 - Transferências e subsídios concedidos

TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CONCEDIDOS	2023	2022
Tranferências correntes concedidas		
- Serviços Municipalizados	163 000,00	163 000,00
- Freguesias	2 058 425,62	1 797 788,42
- Associações de Municípios	458 497,52	624 807,67
- Assembleias distritais		
- Outros		5 000,00
- Instituições sem fins lucrativos	90 000,00	61 000,00
- Clubes, coletividades e outras entidades	1 817 379,08	1 188 933,06
- Escolas	1 504 673,23	913 698,30
- Bombeiros	307 259,65	266 054,27
- Familias	63 683,80	2 983,70
- S-Energia	65 220,36	60 376,53
- Outras		
Subtotal	6 528 139,26	5 083 641,95
Tranferências capital concedidas		
- Serviços Municipalizados	251 500,00	251 500,00
- Freguesias	40 000,00	180 624,18
- Clubes, coletividades e outras entidades	329 646,22	391 285,67
- Bombeiros	140 000,00	180 000,00
- Instituições sem fins lucrativos		
Subtotal	761 146,22	1 003 409,85
Totai	7 289 285,48	6 087 051,80

Acréscimo de rendimentos e gastos

Os acréscimos de rendimentos e gastos no final do ano de 2023 e 2022 encontram-se expressos no quadro abaixo apresentado.

Quadro n.º 35 - Acréscimo de rendimentos e gastos

Acréscimos de rendimentos e de gastos	31/12/2023	31/12/2022
Acréscimos de rendimentos		
Impostos e Taxas imputados ao período - IMI	12 410 295,00	10 635 000,00
Impostos e Taxas imputados ao período - IMT	291 406,19	320 788,82
Impostos e Taxas imputados ao período - Derrama	827 715,00	555 070,00
Impostos e Taxas imputados ao período - IUC	108 629,21	110 231,76
Juros a receber e outros rendimentos financeiros	319 309,73	214 114,86
Outros acréscimos de rendimentos	1 839 161,09	795 726,17
Total	15 796 516,22	12 630 931,61
Acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar	3 821 759,23	3 492 912,47
Juros a liquidar	133 349,48	46 364,56
Seguros a liquidar	13,16	1 066,06
Outros	841 709,66	276 749,57
Total	4 796 831,53	3 817 092,66



Quadro n.º 36 - Demonstração das alterações no Património Líquido

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital/ Património Realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Reservas decorrentes da transferência de ativos	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL	Interesses que não controlam	Total do património líquido
POSIÇÃO NO INICIO DO PERÍODO	(1)	98 914 741,11	0,00	2 888 367,79	0,00	0,00	-2 867 615,26	2 379 561,99	0,00	18 376 262,22	-999 550,96	118 691 766,89		118 691 766,89
ALTERAÇÕES NO PERÍODO Primeira adoção de novo referencial contabilístico Alterações de politicas contabilísticas Obferenças de conversão de demonstrações financeiras Realização do excedente de revalorizaçãos e respetivas variações Excedentes de revalorizações e respetivas variações												0,00 0,00		0,00 0,00
Transferências e subsídios de capital										3 085 337,34		3 085 337,34		3 085 337,34
Correção de erros materiais														
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido	(2)	0,00	0.00	0.00	0.00	0.00	-999 550,96 - 999 550,9 6	-388 372,62 -388 372.62	0.00	23 809 327,90 26 894 665.24	999 550,96 999 550,96	23 420 955,28 26 506 292.62		23 420 955,28 26 506 292.62
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(3)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-333 330,30	-300 372,02	0,00	20 034 003,24	2 237 651.70	2 237 651.70	.,	2 237 651,70
RESULTADO INTEGRAL	(4) = (2) + (3)										3 237 202.66			28 743 944.32
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO Realizações de capital/património Entradas para coberturas de perdas Outras operações	(S)						299 242,66 299 242,6 6					299 242,66		
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	(6)=(1)+(2)+(3)+(5)	98 914 741,11	0,00	2 888 367,79	0,00	0,00	-3 567 923,56	1 991 189,37	0,00	45 270 927,46	2 237 651,70	147 734 953,87	0,00	147 734 953,87

O valor negativo de 388.372,62 € de ajustamento em ativos financeiros, refere-se à parte da redução do património líquido dos Serviços Municipalizados de Transportes Coletivos do Barreiro que não são resultado do exercício.

No ano de 2023 foram registados nos ativos fixos tangíveis os edifícios das escolas e centros de saúde que passaram para posse do Município no âmbito do processo de delegação de competências de acordo com a Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto, mas cuja propriedade não se encontra ainda averbada, na Conservatória do Registo Predial, ao Município do Barreiro, por razões de ordem burocrática.

Este registo originou um aumento nos ativos fixos tangíveis brutos de 23.809.327,90 €.

Para além deste montante, as outras variações no património líquido, tiveram um aumento de 3.085.337,34 € por via dos subsídios ao investimento.

Transferências e subsídios de capital

Os movimentos ocorridos na conta transferências e subsídios de capital são os que constam do quadro seguinte.

Quadro n.º 37 – Movimentos ocorridos na conta Transferências e Subsídios de Capital

	•		ta Transferências e		Subsídios de Capital			
Conta	Descrição	Valor do financiamento a 01- 01-2023	Reforço em 2023	Valor final	Valor rendimento até 31-12-2022	Valor rendimento em 2023	Valor do financiamento em 31-12-2023	
5931111101	SGAI - 5.ª Esquadra PSP do Barreiro	1 283 926		1 283 926	26 203	26 203	1 257 723	
5931111901	Pavilhão Escola Secundária Santo António	121 570		121 570	688 895	40 523	81 04	
59311190101	POLIS - Barreiro Belo	561 148		561 148	3 179 836	187 049	374 098	
593141001	Auditório Municipal do Parque dos Casquilhos	1 205 709		1 205 709	803 806	40 190	1 165 519	
593141002	Requalificação Urbana do Concelho do Barreiro	41 908		41 908	377 175	20 954	20 95	
593141003	Via de Ligação Quinta da Lomba - Quinta do Machinho	34 795		34 795	313 152	17 397	17 39	
593141004	Tanque de aprendizagem de Natação do Lavradio	232 531		232 531	90 429	6 459	226 072	
593141005	O Fraldinhas	112 424		112 424	52 906	3 307	109 118	
593141006	Antiga Escola Mendonça Furtado	702 621		702 621	246 867	18 990	683 63	
593141007	Escola EB1 / Jl da Penalva	302 990		302 990	106 456	8 189	294 80	
593141008	Jl Escola n.º 9 do Alto do Seixalinho	159 120		159 120	44 880	4 080	155 04	
593141009	Arranjos Exteriores Escola EB 1 Santo António da Charneca	21 550		21 550	107 539	10 775	10 77	
593141010	Estação Elevatória Águas Residuais Domésticas Cidade Sol	646 152		646 152	86 199	53 846	592 300	
593141011	Requalificação Urbana e Paisagística da Quinta da Mina	79 701		79 701	430 768	33 632	46 069	
593141012	Reabilitação e Requalificação Território de Alburrica	49 371		49 371	206 865	49 371		
593141013	Construção Passadiço Alburrica	493 243		493 243	444 339	41 104	452 140	
593141014	Reperfilamento Av. Bento Gonçalves	389 272		389 272	328 829	32 439	356 83	
593141015	Reperfilamento Rua Miguel Pais	53 850		53 850	259 515	5 385	48 465	
593141016	Limpeza e Implantação apoios Pesca em Alburrica	36 841		36 841	53 849	3 349	33 49	
593141017	Arranjos Exteriores Largo Igreja Nossa Senhora do Rosário	10 230		10 230	30 142	10 230	(
593141018	Arranjos Exteriores Praça Bento Jesus Caraça	2 946		2 946	92 072	1 473	1 473	
593141020	Requalificação Parque Infantil Cidade Sol	24 775		24 775	11 785	2 753	22 022	
593141021	Coletor Doméstico Av. Bento Gonçalves	50 004		50 004	30 280	5 556	44 44	
593141022	Reabilitação Piscina do Barreiro	28 232		28 232	61 116	3 137	25 09	
593141023	Requalificação do Bairro Alfredo da Silva	57 166		57 166	34 506	4 764	52 402	
593141024	Prolongamento Passeio Augusto Cabrita	165 314		165 314	38 110	20 664	144 650	
593141025	Revalorização Sistema de Abastecimento de Água	56 611		56 611	247 971	9 435	47 176	
593141027	Revitalização do Centro do Barreiro	35 819		35 819	132 093	5 970	29 850	
593141028	Requalificação Envolvente Mercado e Piscina do Lavradio	415 038		415 038	83 579	69 173	345 86	
593141029	POSEUR - Penalva	957 219		957 219	276 692	47 861	909 358	
593141031	Escola n.º 3	766 418		766 418	42 579	42 579	723 840	
593141032	Escola Fidalguinhos	116 877		116 877	29 219	7 305	109 572	
593141033	Recuperação Moinho Maré Pequeno sítio de Alburrica	147 847		147 847	36 962	9 240	138 607	
593141034	Escola n.º 8	73 904		73 904	18 476	4 619	69 285	
593141036	Arruamento Provisório Largo Alexandre Herculano	12 021		12 021	5 152	859	11 162	
593141038	Recuperação e Restauro Coberturas e Fachadas Edifício Café Barreiro	22 505		22 505	41 795	3 215	19 290	
593141039	Doca Seca -Mar 2020	76 628		76 628	4 257	4 257	72 37	
539141040	Fundo Ambiental - Corredor Ecológico	161 705	39 944	201 649	8 984	14 975	186 673	
539141041	Requalificação ambiental urbanistica frente ribeirinha Rua Miguel Pais	216 627		216 627	12 681	12 029	204 598	
539141042	Reformulação da Mobilidade Espaço Público Av. da Liberdade	1 096 908	1 218 182	2 315 090	57 732	179 550	2 135 540	
593141043	Gestão de Perdas - Cada Gota Conta	221 165	1 549	222 713	9 157	9 312	213 401	
593141044	Remoção amianto Escola EB 2,3 Barreiro	94 363		94 363	7 231	5 242	89 120	
593141045	Remoção amianto Escola EB n.º 9 Barreiro	90 558		90 558	4 766	4 766	85 792	
593141046	Remoção amianto Escola n.º 2 Santo António	71 768		71 768	4 186	3 987	67 78	
593141048	Remoção amianto Escola Secundária Augusto Cabrita	179 075		179 075	9 949	9 949	169 127	
593141049	Remoção amianto EB Padre Abilio Mendes	127 976		127 976	7 110	7 110	120 866	
593141050	Remoção amianto Escola Secundária Casquilhos	71 419		71 419	4 166	3 968	67 45	
593141051	Remoção amianto Escola Secundária Santo António	158 078		158 078	9 221	8 387	149 69	
593141052	Remoção Amianto Jl n.º 3 Alto Seixalinho	18 004		18 004	1 055	1 005	16 999	
593141053	Recuperação Moinho Maré Grande - Sítio Alburrica	140 841		140 841	108	7 413	133 428	
593141054	Remoção Amianto EB Quinta da Lomba	212 609		212 609	7 413	11 190	201 419	
593141055	Remoção Amianto EB Álvaro Velho	2 165		2 165	11 190	114	2 05	
593141056	Remoção amianto JI Fonte do Feto	196 123		196 123	114	10 322	185 80	
593141057	Remoção Amianto EB D. Luis Mendonça Furtado	636 660		636 660	10 322	31 833	604 82	
593141059	POSEUR - ETAR Barreiro / Moita-Concluidas 2021	1 014 931	35 794	1 050 726	56 385	59 965	990 76	
		181 010	50 045	231 055	60 337	85 359	145 69	
593141060	POSEUR -Projeto de Recolha de Bioresíduos	57 329		57 329	8 190	8 190	49 13	
		44 078		44 078	7 349	7 349	36 72	
593141062	Remoção amianto Escola Quinta Nova da Telha	335 855	19 208	355 063	77 134	19 597	335 46	
5932121	IHRU - Instituto Habitação Reabilitação Urbana	1 701 741		1 701 741	17 677	34 729	1 667 01:	
5932121	IHRU - Instituto Habitação Reabilitação Urbana	1 898 980		1 898 980	34 729		1 861 00	
5939111	Fundo Equilibrio Financeiro Capital	1 607 355	664 232	2 271 587	142 969		1 464 38	
5939112	Artigo 35.º n.º 3 da Lei n.º 73/2013	816 273	505 530	1 321 803	44 997		774 270	
	Total		2 534 484	23 436 353			20 650 97	